

Reino de Deus e as riquezas conforme Lucas 12

Ervino Schmidt

Preleção inaugural pronunciada em 24 de setembro de 1975 na Faculdade de Teologia da IECLB

Introdução

Ouvimos com certa freqüência ser o mundo moderno, em sua forma básica de estruturação, um mundo em crise. Sempre existiram crises, porém, na atualidade manifestam-se mais acentuadamente. Em todo caso, ninguém que se considera, com os demais, responsável pelo futuro da humanidade, pode deixar de estar alerta. Um aspecto dessa crise é, sem dúvida, a má distribuição das riquezas. Classifica-se os povos em ricos e pobres. Conclama-se os primeiros a descobrirem uma nova maneira de ser se não quiserem pôr em perigo a sobrevivência do homem sobre a terra. O problema é complexo. Dinheiro e riquezas dominam nas relações sociais. Conhecemos o lugar que estas coisas ocupam na vida dos homens. O homem julga-se a si mesmo e aos outros segundo a renda e a fortuna. Não obstante a complexidade do problema, parece estar nascendo algo como uma consciência política no campo econômico social.

Também de nós cristãos espera-se uma contribuição que possa, ao menos, indicar um rumo na procura por soluções. Ultimamente tem aumentado de maneira considerável o número dos estudos que se ocupam com a questão da pobreza e da riqueza sob o ponto de vista teológico. Gustavo Gutiérrez, por exemplo, dedica todo um capítulo do seu afamado livro *Teologia da Libertação* e este assunto. Considera a pobreza “um estado escandaloso atentatório da dignidade humana e, por conseguinte, contrário à vontade de Deus” (1). Define, então, o pobre de hoje como sendo o “oprimido, o marginalizado pela sociedade, o proletário que luta pelos seus mais elementares direitos, a classe social explorada e espoliada, o país que combate por sua libertação” (2). O caminho da Igreja, ele vê em se fazer pobre para protestar contra a pobreza. Esta atitude seria protesto e solidariedade ao mesmo tempo. É uma posição que precisa ser considerada com muita seriedade.

Devo dizer que esta opinião de Gutiérrez foi de influência na escolha do tema: “O Reino de Deus e as riquezas”. A obra que tem por autor Lucas, cognominado o evangelista dos pobres, oferece

vasto material, a começar pelo sermão da planície, no qual os pobres são chamados de bem-aventurados e pronunciados "ais" sobre os ricos (Lc 6, 20-26). Mas queremos analisar, sobretudo, Lc 12, 13-45. Preocupam-nos, em especial, as seguintes perguntas: Como são vistas riquezas e bens em relação ao Reino de Deus? É necessário ser pobre? Ou será mesmo a pobreza um ideal cristão? Teria Lucas transformado as advertências de Jesus contra as riquezas em legalismo? Resposta a um tal questionamento só pode advir de um estudo minucioso do texto bíblico.

I

1. Advertência contra qualquer compromisso com as riquezas (vs. 13-21)

Lucas entende o capítulo 12 como instrução à comunidade, sob consideração especial dos que dentro dela ocupam um encargo. Trata-se, no todo, de uma grande composição, na qual encontramos material da fonte dos Ditos (Q) e matéria exclusiva do evangelista. É, por isso, necessário que analisemos cada parte da nossa perícopo isoladamente.

a) A questão da herança (vs. 13-14)

Alguém que estava no meio da multidão lhe falou: Mestre, ordena a meu irmão que reparta comigo a herança. Ele, porém, lhe respondeu: Homem, quem me constituiu juiz ou partidador entre vós?

O início é redacional, poi com freqüência Lucas usa *eipen de* (disse, porém...) como introdução. O homem que se dirige a Jesus vê nele um rabi, um mestre. É interessante observar que *didaskalos* é quase sempre pronunciado por estranhos (2, 46; 7, 40; 8, 49). O homem dirige-se ao mestre com o seu pedido exatamente por saber que os rabinos não são autoridades somente em assuntos religiosos, mas também em questões jurídicas. Trata-se de um problema de herança. Pormenores não são dados. *Kleronomia* refere-se, antes de tudo, a terras. A partir da promessa aos patriarcas, Israel via a terra como dádiva de Javé. As terras deveriam passar como herança aos descendentes (3). Conforme a lei judaica, os filhos eram os primeiros herdeiros, pois as filhas teriam a sua subsistência garantida pelo casamento. Naturalmente, filhas solteiras precisavam ser amparadas. O filho mais velho recebia o dobro que os demais herdeiros. Além dessa prática existia, ainda, a doação. Dessa maneira um pai podia dar a um dos filhos todos os bens, sem levar em consideração os outros que, talvez, se tenham mostrado como não merecedores da sua confiança (4). É possível que aqui se trate de uma tal doação. O filho que ficou de mãos vazias procura auxílio junto a um mestre. Quer, evidentemente, com o apoio deste, alcançar que seu irmão reparta consigo os bens. Mas, não sabemos detalhes sobre a situação do homem que se dirige a Jesus.

(Vs. 14) Em todo caso, este recusa o pedido. Como era praxe na linguagem dos escribas, Jesus responde por meio de uma pergunta (formulada segundo Ex 2, 14). Ele não toma partido. Jesus não é um escriba como os demais. Ele não se envolve com tais questões. “Quem me constituiu juiz ou partidador?” O texto, neste ponto, é controvertido (5). Esse diálogo provavelmente tem sua origem no ambiente palestinese, pois o pedido do homem pressupõe que ele tenha esperado encontrar em Jesus um conhecedor da lei. Bultmann é de opinião ser esse diálogo uma criação posterior da comunidade (6). Mas se considerarmos que, conforme 6, 45, as comunidades cristãs já muito cedo constituíam tribunal quando tinham “a julgar negócios terrenos”, somos levados a admitir que os versículos em questão são bastante antigos. Pois, que interesse teria uma comunidade nesta situação, de criar uma palavra como a de Lc 12, 13s? Provavelmente trata-se aqui de uma lembrança muito fidedigna de um acontecimento histórico. O assunto é a própria missão de Jesus.

O pedido é recusado, pois requer uma decisão de Jesus que ele não vê enquadrada na sua missão (7). Ele não veio para auxiliar os homens a conseguirem seus bens materiais. Ele tem um encargo especial. Recusa ser juiz, porque a sua missão é pregar o Reino de Deus. E esta missão não lhe é confiada por homens. Não é possível transferir para Jesus a imagem de um escriba da época. “Quem me constituiu juiz?” Degenhardt vê nessa pergunta uma semelhança com expressões como: “Eu (não) vim...” (Lc 19, 10; Mc 2, 17) ou “Eu fui enviado...” (Mt 15, 24) E provavelmente seria por isso que essa palavra tenha sido guardada e lembrada (8). Este argumento convence, pois a limitação das atividades de Jesus à pregação do Reino de Deus e à realização de alguns sinais era algo inteiramente novo.

Para os discípulos a recusa de julgar num caso de herança deve ter adquirido o significado de um exemplo. Sua tarefa deveria, igualmente, ser pregar o Reino de Deus. Não temos, portanto, aqui ainda a ver com a ganância por bens materiais. Somente no contexto em que Lucas transmite esta palavra ela adquiriu este sentido a partir do vs. 15. Agora sim, torna-se possível uma interpretação no sentido que Jesus se teria negado a julgar em questão de herança com o objetivo de salvar um homem, cuja opinião era poder garantir sua vida pelo simples aumento de seus bens materiais (9).

b) Admoestação contra a avareza (vs. 15)

Pode-se notar entre os exegetas um certo embaraço na tradução deste versículo. E. Schweitzer diz textualmente: “A tradução exata de 15 (b) é difícil” (11). E Grundmann fala de uma linguagem grega “totalmente não clássica” (12). Concordam, porém, que com o vs. 15 inicia algo novo. Ergue-se a pergunta se o versículo é de redação lucânica ou se tem sua origem já bem antes. Certo é que as primeiras palavras, **eipen de pros autous** (então lhes falou), são redação do evangelista. E quanto ao restante do versículo? É

muito provável que Lucas já o tenha assim encontrado. Unicamente o final parece ser um acréscimo explicativo do evangelista: **ek tón hyparchontón autô** (dos bens que ele possui). No restante do versículo, porém, não aparecem termos tipicamente lucânicos. Temos, então, uma palavra que poderia remontar ao próprio Jesus histórico. Eis o texto: “Tende cuidado e guardai-vos de toda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância”. É uma advertência. O sentido da vida não pode consistir em querer aumentar as posses. A avareza dificulta a busca pelo verdadeiro sentido da vida. Mais ainda: Torna-se um poder escravizante! De certo Jesus teve lá suas experiências com pessoas cuja única preocupação era aumentar seus bens. Nestas circunstâncias não podiam mesmo ter ouvidos para a mensagem que ele trazia. Para quem está inteiramente ocupado em construir, com suas próprias forças, uma segurança para a vida, o Reino de Deus, na verdade, não tem significado. Com razão E. Schweizer traça um paralelo para o pensamento paulino e joanino. Paulo volta-se contra as boas obras. Em que ou em quem o homem deposita a sua confiança? Eis a questão! Também em João deparamos com a pergunta pelo sentido da vida. O homem vive do pão que sacia a fome física ou daquele que diz: “Eu sou o pão da vida”? (12) Para Jesus, além do Reino de Deus, não há nada que possa encher de sentido a vida. O que importa é a **basileia tou theou**.

c) A parábola do rico insensato (vs. 16-21)

O sentido da vida não pode ser apreendido da abundância. Isto é, agora, ilustrado por meio de uma parábola. A introdução é outra vez redacional, e a história narrada não é desconhecida. Já antes de Jesus contava-se, no judaísmo, histórias semelhantes (13). O homem rico da parábola, ao menos inicialmente, não deixa de ser sensato. Seu campo produziu muito e ele não tinha onde recolher os frutos. A solução seria construir celeiros novos ou aumentar os velhos. Não há nada de reprovável nisto. Mas também não recai sobre esta parte da parábola o interesse. Importa o que o rico homem arrazava consigo mesmo. O produto em depósito permite-lhe descansar, comer e beber e regalar-se por muitos anos (14). Espelha-se aí uma falsa valorização dos bens. Age este homem como se ele fosse senhor da sua vida. Esquece que tudo quanto possui lhe foi confiado por Deus. Mesmo a própria vida não a tem por si mesmo (Gn 2, 7; Sl 119, 109). Enquanto ele se preocupa com o que perece, deixa de ver o que verdadeiramente importa. Não considera o que unicamente é de real valor: o Reino de Deus. O monólogo do homem rico é bruscamente interrompido quando Deus se dirige a ele com as palavras: “Louco, esta noite te pedirão tua alma” (vs. 20). A morte revela toda a insensatez de confiar nas riquezas. Que contraste se abre! Muitos anos — esta noite!

J. Jeremias qualifica esta parábola de escatológica. Jesus não estaria, ao expressar a sua advertência, pensando somente na inesperada morte de cada qual, mas também na iminente catástrofe escatológica. “Jesus espera que seus ouvintes concluam na sua

situação: tão insensatos quanto o louco rico ameaçado pela morte, seremos nós se juntarmos posses e bens em vista do dilúvio" (15). Degenhardt levanta a pergunta se, nesse caso específico é possível falar numa catástrofe escatológica (16). Verdade é que o lugar vivencial desta parábola deve ser procurado na pregação de Jesus do Reino de Deus como próximo e iminente. Este Reino, porém, não deixa de ser uma grandeza escatológica que, conforme concepção judaica, no seu irrompimento será acompanhado por catástrofes. Mas é sempre a mensagem da **basileia** que chama o ouvinte a uma opção e não o medo diante da catástrofe (o "dilúvio"). Neste sentido, a parábola continuou mantendo a sua atualidade através dos tempos. Nada nos é falado, ao menos não diretamente, a respeito de um emprego dos bens em favor dos pobres. Poderia a pergunta: "E o que tens preparado, para quem será?" sugeri-lo. Mais, ao nosso ver, ela antes tem por finalidade acentuar, mais uma vez, a loucura de querer atribuir à abundância uma garantia para a vida.

Vs. 21. — A questão de um uso caritativo dos bens é assunto no versículo 21 que, de acordo com a maioria dos exegetas, originalmente não fez parte da parábola (17). Grundmann cogita mesmo tratar-se de um encerramento da perícopes acrescentado por um redator pós-lucânico (18). É possível, porém, que Lucas já tenha encontrado esse acréscimo na sua fonte de matéria exclusiva. Verdade é que neste versículo não há particularidades lingüísticas do evangelista.

Em todo caso, com o acréscimo deu-se um nítido deslocamento de sentido. Conforme a parábola uma concepção de vida baseada na abundância (de bens) é uma loucura. Vs. 21 ainda coloca a questão do uso correto dos bens. É necessário que através dele se chegue a ser rico para com Deus. Aqui a ponta está voltada contra o entesourar-se **para si mesmo**. Tem-se em mira o **egoísmo**. Um tal deslocamento somente pôde acontecer devido a uma sensível despreocupação na ajuda fraternal nas comunidades cristãs posteriores. Assim, um novo problema alia-se ainda ao abordado na parábola.

2. Convite à despreocupação (vs. 22-31)

O vs. 22 introduz algo novo. Com algumas ligeiras divergências, este trecho encontra-se também em Mateus. Daí concluímos que provém da fonte dos Ditos (Q). Temos aí um "poema doutrinário" (19). O início "A seguir dirigiu-se Jesus aos seus discípulos dizendo" é mais uma vez redação de Lucas. Quer ele estabelecer uma ligação com o que antecede. Jesus adverte contra a preocupação pelo que comer e vestir. Andar ansioso (**merimnân**) inclui o momento da apreensão diante do futuro. Traz sempre a conotação negativa do medo. O esforço livre dessa coloração é designado no NT por **zêtein**. "Não andeis ansiosos pela vossa vida". **Psychê** não deve ser entendida como sendo uma parte somente do homem, mas como detentor da vida que necessita, inclusive, de alimento. O sentido dessa palavra não pode ser que Jesus quisesse reduzir

a preocupação ao estritamente necessário para a vida. Não é somente um exagero ou luxo que é combatido. A admoestação é radical (20). Rengstorf vê a intenção que está por trás dela na libertação do homem (21). Na ansiedade de juntar o necessário para garantir o futuro, o homem deixa de olhar para Deus e se torna angustiado.

Vs. 23. — O consolo poderia estar na conscientização de que vida e corpo os homens recebem da mão de Deus. Ambos são mais que vestes e comida. Este pensamento continua:

Vs. 24. — Observai as aves. Deus as sustenta. “Quanto mais vales do que as aves!”

As aves no caso são os corvos. Estes eram considerados pelos judeus como aves impuras (Lv 11, 15; Dt 14, 14). Se Deus é mantenedor até mesmo dessas aves impuras, quanto mais ele o será do homem! (Sl 147, 9) Não é dito que todos são chamados para uma tal despreocupação no tocante a que vestir e a que comer. Trata-se, em especial, do pequeno círculo dos discípulos. Deles é exigido que abandonem toda e qualquer providência para a sua vida e se voltem inteiramente para a pregação do Reino de Deus. Nada deverá impedi-los na sua missão! (Se bem que, por outro lado, é pressuposto que mesmo os discípulos possuíam bens Lc 14, 33.)

Vs. 25 é uma interrupção deste pensamento. Provavelmente é uma autêntica palavra de Jesus (22) que já muito cedo foi inserida neste contexto. O elo de ligação é o termo **estar ansioso**. Por mais ansioso que o homem esteja, não pode nem sequer “acrescentar um côvado ao curso de sua vida”. As interpretações de **hêlikia** variam muito. Parece, no entanto, ser correto pensar não em estatura, mas (como também Almeida o faz) no curso de vida. O desejo dos homens, em todos os tempos, não tem sido tornarem-se um pouco maiores em estatura, mas sim, prolongar a sua vida. Mas isso lhes é impossível. O homem em tudo depende de Deus. O lugar vivencial deste dito na vida de Jesus deve ter sido a instrução aos discípulos.

Em forma de pergunta tira-se a conclusão (vs. 26): Se o homem nem sequer é capaz de acrescentar um palmo à sua vida, por que andar ansioso pelas outras coisas? Essa pergunta, provavelmente, é obra de um redator que quis tornar mais fluente a passagem para as palavras seguintes.

O versículo 27 retoma o pensamento de 24. Lá a advertência dirigia-se contra a preocupação pelo que comer. As aves eram apresentadas como executoras de trabalho de homens, ou seja semear e ceifar. Aqui a advertência dirige-se contra a preocupação pelo que vestir. Nossa atenção é chamada para os lírios que são caracterizados pelo trabalho feminino de fiar e tecer. Se bem que não o fazem, estão eles vestidos com maior esplendor que Salomão em toda a sua glória (2 Cr 9, 13 ss). Refere-se isto a simples flores que têm existência tão curta que logo secam e são lançadas ao fogo (23).

Vs. 28. — Agora, como no vs. 24, numa conclusão “a minori ad majus” pede-se confiança irrestrita a Deus. Se ele veste assim a erva, quanto mais ele vestirá os que são o ponto alto da criação: os homens! Os que não reconhecem isso, Jesus chama de **oligopistoi**. “Discípulos que desanimam diante da pergunta pelo sustento da vida, quando deixam de dedicá-la diretamente à obtenção dos meios necessários, entregando-se como discípulos de Jesus, a sua mensagem, são chamados de “homens de pequena fé” (24). Eis uma típica instrução de Jesus aos que lhe seguem, abandonando o que possuem.

Os vs. 29-31 formam o final deste poema doutrinário. Após uma suficiente fundamentação, aparece mais uma vez, a título de resumo, a advertência: “Não andeis pois, a indagar o que haveis de comer ou beber e não vos entregueis a inquietações” (vs. 29). Isso, antes, determina a vida dos povos do mundo (expressão muito usada na linguagem dos rabinos para designar os gentios (25), pois não conhecem Deus. Conhecer Deus significa contar concretamente com o seu amor. É contar com o Deus que se manifesta em ação!)

Vs. 31 — Alvo da vida humana deve ser o Reino de Deus. Não que os homens consigam o que desejam, mas que Deus reine! “Existe um relacionamento para com Deus em sua providência que, no fundo, é incredulidade, por transformar Deus num escravo dos desejos humanos” (26). Mas permanece: Quem se preocupa exclusivamente com o Reino de Deus, pode contar com a ajuda divina. Se lançarmos um olhar para a versão paralela em Mateus, verificaremos que lá a exigência é amainada pelo acréscimo de **prôton**. Lucas fala exclusivamente de uma única preocupação, a pelo Reino de Deus. Em Mateus esse dito encontra-se no sermão do monte e é dirigido a todos os fiéis e não, em especial, a um grupo reduzido que põe a vida inteira a serviço do Reino. Para os cristãos de maneira geral vale que, ao menos, em primeiro lugar, busquem o Reino de Deus.

3. Palavras Finais (vs. 32-34)

a) Chamado ao destemor (vs. 32-33a)

Estes versículos são matéria exclusiva de Lucas. O conceito de ligação é Reino de Deus. O pequeno grupo dos discípulos é libertado do medo que lhes advém do seu número reduzido. Mas, eles nada precisam temer, nem mesmo o poder das autoridades políticas ou religiosas. Eles, antes, devem lembrar-se que têm Deus por Pai a quem aprouve “dar-lhes o seu Reino”. Assim como a pobreza não pode ser motivo de ansiedade para os discípulos, assim também o pequeno número não os pode afligir. A vontade graciosa do Pai ser-lhes-á consolo não somente em eventuais tempos de perseguição, mas em qualquer situação difícil. Eles nada têm a temer.

É a partir daí que deve ser entendido o vs. 33a, (redacional). O Reino de Deus liberta dos laços que prendem à riqueza, aos bens. Propriedade e proprietário, ambos são colocados a serviço de Deus. “Vendei os vossos bens” Lucas entende como um conselho

e não como uma lei. A desistência dos bens está subordinada ao mandamento do amor, ou seja, ao amparo dos pobres.

Possivelmente Lc 12, 33a foi criado a partir de Mc 10, 21 (par. Lc 18, 22). Lá Jesus dirige-se a uma só pessoa individualmente. Numa situação bem concreta pede a um jovem rico, disposto a seguir-lhe, que se desfaça dos seus bens. Lucas ampliou esta exigência, pronunciada em uma situação única, para um apelo mais geral (27).

b) O tesouro inextinguível (vs. 33b-34)

Chegamos, finalmente, aos dois últimos versículos que representam um desfecho de toda essa composição, cujo tema é a insignificância da riqueza (toda sorte de bens materiais) em vista do Reino de Deus e o destemor proporcionado pela promessa do mesmo aos que se lhe dedicam inteiramente. Uma comparação com Mt 6, 19-21 mostra-nos que, apesar do último versículo do nosso trecho concordar plenamente com Mt 6, 21, o penúltimo apresenta diferenças para com Mt 6, 19.

Mt 16, 19 “Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam.

Lc 12, 33: “(Vendei os vossos bens e dai esmolas;) fazei para vós outros bolsas, que não envelhecem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão nem a traça consome”

Sem dúvida, Lucas traz senão a versão original, então a mais próxima a ela. W. Pesch é de opinião contrária. Lucas teria recusado como sendo supérfluo o pensamento de Mt 6, 19 (28). Mas é difícil aceitar que a admoestação “Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra” pudesse ter sido considerada supérflua por Lucas. Pelo contrário, caberia muito bem dentro da sua concepção das coisas. Provável é que não se tenha encontrado na fonte dos Ditos (Q). Além disso, sabemos que Lucas não costumava modificar os ditos do Senhor. Antes é imaginável que Mateus tenha feito modificações.

Vejamos, agora, a ilustração empregada: “Fazei bolsas que não envelheçam”. Necessita-se delas para guardar o dinheiro. Se as bolsas envelhecerem (e este é o destino de tudo que o homem possa confeccionar), cairá o dinheiro. Existe somente um lugar onde nada se perde. E estará guardando ali o seu dinheiro, todo aquele que der esmolas, isso é, todo aquele que o empregar em favor dos irmãos necessitados.

O tesouro na terra, muitas vezes, também consiste em finíssimos tecidos que facilmente podem ser roídos e destruídos pelas traças. Nos céus o tesouro é “inextinguível”. A concepção de um tesouro duradouro nos céus não é estranha para a religiosidade judaica. No 4.º livro de Esdras 7, 77, um fiel ao perguntar pelo que haveria de vir após a sua morte, recebe como resposta: “Tens um tesouro de boas obras que te é conservado junto ao Altíssimo; o qual será revelado no dia do juízo final” (29). A idéia que está por trás é a de que Deus recompensa as boas obras. Naturalmente

aponta aí o perigo da justificação pelas obras do qual o judaísmo tardio foi a mais notória vítima. Jesus mesmo acolheu a concepção da recompensa, porém livre de quaisquer distorções (30). Não pode o homem, baseado em boas obras, reclamar seus méritos junto a Deus. A recompensa divina não pode motivar o amor ao próximo, pelo contrário, sempre o pressupõe.

Logo, o motivo para não entesourar bens terrenos, não pode ser, em primeiro lugar, a esperança por recompensa, nem o apelo ao bom senso de serem os mesmos passageiros. A exclusividade da preocupação pelo tesouro inextinguível está claramente indicada no último versículo. "Não se pode servir a dois senhores" (cf. também Lc 16,13). Ou o coração do homem se prende às riquezas, ou a Deus. Com essa exigência radical Jesus queria chamar para uma entrega incondicional ao Reino de Deus, cuja vinda considerava iminente.

II

1. Reino de Deus na proclamação de Jesus e as riquezas

Analisando os ditos de Jesus e a parábola de nossa perícopé, isoladamente, obtivemos um quadro independente da composição de Lucas. Constatamos que tanto as atitudes quanto os ensinamentos de Jesus relativos às riquezas devem ser entendidos a partir de sua proclamação do Reino de Deus, como próximo e iminente. Aliás, os primeiros a reconhecerem este aspecto escatológico, foram Johannes Weiss e Albert Schweizer (31). Este reconhecimento foi fruto do seu árduo estudo histórico-comparativo das religiões. Pesquisando fontes das diversas religiões, voltaram-se também às apocalípticas judaicas. Verificaram que expressões da linguagem apocalíptica tiveram um significado central para a mensagem e existência de Jesus. Essa descoberta, com razão, é considerado um dos eventos mais significativos da teologia protestante recente. Qual terremoto abalou os fundamentos da ciência teológica. Jesus, de repente, parecia ser um bem outro do que aquele que se costumava pintar. Surgiu uma verdadeira crise. Não tardou, porém, que se entendesse que a descoberta da dimensão escatológica na pregação de Jesus possibilitou uma compreensão nova e sumamente positiva do Evangelho. Percebeu-se, uma vez por todas, que as palavras de Jesus não têm a intenção de transformar o mundo. Não é possível encontrar nelas **programas sociais**. No centro está o chamado escatológico ao arrependimento, pois o Reino de Deus está às portas. As riquezas podem ser extremamente perigosas e dificultar ou mesmo impossibilitar uma opção em favor do Reino anunciado por Jesus. Por isso as sérias advertências!

Assim, não nos foi possível constatar uma mensagem social em relação às riquezas. Isto, porém, não é nenhum convite para conformarmos-nos com a atual situação. A mensagem de Jesus não pode ser considerada conservadora. Ele rompe barreiras, quebra tabus, firmemente arraigados numa religiosidade petrifica-

da, e provoca com isso a resistência decidida do seu povo. Gólgata é um resultado da inversão de valores que Jesus inaugura em sua inteira confiança na vitória do Reino de Deus. "Gólgata destrói de maneira brutal todas as ilusões quanto a uma justiça imanente ao curso da história deste mundo" (39). Bem por as ilusões terem sido destruídas, tornou-se possível atribuir às coisas do mundo o seu verdadeiro valor.

2. As riquezas à luz do pensamento histórico-salvífico em Lucas

Lucas escreve em sua obra (o 3.º Evangelho e o livro de Atos) conforme uma imagem estrutural bem definida. Ela obedece a uma condução estabelecida da história da salvação. Podemos verificar o seguinte esquema: No início está a criação. Esta não é propriamente entendida como uma época. "Constitui um ponto limite da reflexão histórico-salvífica (33). Assim como a criação é o ponto limite de um lado, a parusia o é no outro extremo. Mas não se oferece nenhuma exposição sobre a parusia como tal. Não interessam pormenores quanto ao que virá depois dela. É descrito, isso sim, o transcurso dos acontecimentos entre estes dois polos. A própria história desenvolve-se em três fases: o tempo de Israel, tempo de Jesus e tempo intermediário, i. é, o tempo compreendido entre a ascensão de Jesus e sua segunda vinda. Este último período pode ser chamado, também, de tempo da Igreja, do Espírito. Entende-se por si mesmo que Jesus ocupa a posição central nesta descrição toda. Ele continua agindo através do Espírito Santo. Assim a Igreja age no nome de Jesus (At 2, 21; 3, 6.16), e sua pregação está cheia do Espírito Santo. Nesse tempo intermediário a salvação já está presente, mas sua plenitude é aguardada no futuro. Até lá vai o tempo intermediário.

Não é dito que este último período seja breve. Ao contrário, Lucas recusou decididamente esperar o fim do mundo para dentro de breve. Sem dúvida, este virá e com ele a implantação do Reino de Deus, mas o fim não está tão próximo como para os fiéis bem no início da cristandade. Lucas entendeu que esperança pela proximidade do Reino não pode ser tradicionalizada. Isto constitui relevante reflexão teológica. A esperança pelo fim não desaparece, mas é enquadrada no esquema da história da Salvação. A solução se dá pela alusão ao Espírito. "Esse aparece como substituto do saber escatológico e transforma em algo supérfluo o saber quando encerra o prazo" (34). Em lugar do "saber escatológico" assume importância cada vez maior, e esta é outra conclusão do nosso trabalho, a existência de testemunhas perante o mundo. Em outras palavras: A existência cristã, agora, mais do que antes, terá que manifestar sua determinação pelo Espírito em categorias éticas. Procura-se por diretrizes válidas para a vivência cristã. Vimos no parágrafo anterior, que, mesmo Jesus não tendo dado indicações concretas para um envolvimento em assuntos sociais, sua mensagem atua como "desafio social" (Dibelius). Lucas aplicou esse desafio para a sua situação. De interesse especial se lhe constituiu a questão em torno dos bens materiais. Posses e desistência de

posses, rico e pobre, advertência contra o perigo das riquezas e admoestação para dar esmolas, eis alguns dos temas prediletos do evangelista. Escrevendo para comunidades helenísticas, o problema da observância da lei e as discussões com os partidos judaicos são relegados a um segundo plano, ou totalmente suprimidos. De maneira natural a pergunta pelas posses chegou a ocupar lugar de destaque na teologia de Lucas, não sendo, portanto, necessário postular uma influência de grupos ebionitas.

A posição de Lucas pode ser considerada uma aplicação legítima do desafio social, contido na mensagem de Jesus, para o tempo da Igreja. Ele não fez da desistência de posses uma lei, nem colocou a pobreza como um ideal cristão. Não podemos concordar com Kümmel quando diz que Lucas tenha pervertido a concepção de Jesus em legalismo (35). São estabelecidas categorias éticas, isto sim, para a conduta cristã no tempo até a implantação total do Reino de Deus.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. G. Gutiérrez, *Teologia da libertação* (Petrópolis, 1975), pág. 238.
2. *Ibid.*, pág. 248.
3. Cf. KTW III, 766-787, os artigos de Herrmann e Foerster.
4. H. Strack und P. Billerbeck, *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch* (München, 1922-1928), II, 212; III, 545s.
5. Em Bezae Cantabrigiensis e em algumas versões siríacas falta a segunda atribuição, ou seja: *meristên*, repartidor.
6. R. Bultmann, *Die Geschichte der synoptischen Tradition* (Göttingen, 7. Aufl., 1967), pág. 57.
7. Diferente K. H. Rengstorf, *Das Evangelium nach Lukas*, NTD 3 (Göttingen, 8. Aufl., 1958), pág. 159.
8. H. J. Degenhardt, *Lukas, Evangelist der Armen* (Stuttgart, 1965), pág. 72.
9. K. H. Rengstorf, o. c., pág. 159.
10. E. Schweitzer, *Göttlinger Predigt-Meditationen*, ano 15 (1960/61), pág. 281.
11. W. Grundmann, *Das Evangelium nach Lukas*, Theologischer Handkommentar zum Neuen Testament (Berlin, 2. Aufl., 1961), pág. 257.
12. E. Schweitzer, o. c., pág. 282.
13. R. Bultmann, o. c., pág. 221.
14. *D, it*, apresentam uma versão reduzida: "Alma, tens muitos bens, regala-ta"!
15. J. Jeremias, *Die Gleichnisse Jesu* (Göttingen, 6. Aufl., 1962), pág. 165.
16. H. J. Degenhardt, o. c., pág. 78.
17. R. Bultmann, o. c., pág. 193.
18. W. Grundmann, o. c., pág. 258.
19. *Ibid.*, pág. 259.
20. Cf. H. Braun, *Spätjüdischer und frühchristlicher Radikalismus* (Tübingen, 1957), vol. 2, págs. 73-80.
21. K. H. Rengstorf, o. c., pág. 161.
22. R. Bultmann, o. c., pág. 84.
23. Strack - Billerbeck, I, pág. 438.

24. W. Grundmann, o. c., pág. 261.
25. Strack - Billerbeck, II, pág. 191.
26. K. H. Rengstorf, o. c., pág. 162.
27. H. Braun, o. c., págs. 77-79.
28. W. Pesch, "Zur Exegese von Mt 6, 19-21 und Lk 12, 33-34", em: *Biblica* 41 (1960), págs. 357-359.
29. Citado conforme Strack - Billerbeck, I, pág. 430.
30. Para este tema confira G. Bornkamm, *Der Lohngedanke im Neuen Testament* (Lüneburg, 1947).
31. J. Weiss, *Die Predigt Jesu vom Reiche Gottes* (1892). A. Schweitzer, *Von Reimarus zu Wrede: eine Geschichte der Leben-Jesu-Forschung* (1906).
32. M. Dibelius, "Das soziale Motiv im NT", em: *Botschaft und Geschichte* I, (Tübingen 1953), pág. 189.
33. H. Conzelmann, *El centro del tiempo* (Madrid, 1974), pág. 215.
34. *Ibid.*, pág. 195.
35. W. G. Kümmel, *Heilsgeschehen und Geschichte* (Marburg, 1965), pág. 274.